



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

ATA

**COMITÊS GESTORES DAS CONTAS DOS PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA (CPR-SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA) E BACIAS HIDROGRÁFICAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE FURNAS (CPR-FURNAS)**

**ATA DA REUNIÃO**

**Data:** 04 de fevereiro de 2025.

**Horário e local:** 10h00, por meio de videoconferência.

**Presidência:** Secretário Nacional de Segurança Hídrica – **Giuseppe Serra Seca Vieira**.

**Quórum – Presentes**

**Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba-CPR São Francisco e Parnaíba:**

**I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:**

*Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;*

*Fernanda Ayres Jardim Elias, como 2º titular;*

**II - da Casa Civil da Presidência da República:**

*Cristiane Battiston, como titular*

*Irani Braga Ramos, como suplente;*

**III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:**

*Pedro Alves Correa Neto, como titular;*

*Ivana Merched Oliveira Guerreiro, como suplente;*

**IV - do Ministério das Cidades:**

*Johnny Ferreira dos Santos, como suplente;*

**V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:**

*Alexandre Resende Tofeti, como suplente;*

**VI - do Ministério de Minas e Energia:**

*Wilson Rodrigues de Melo Júnior, como Suplente CPR-São Francisco;*

**VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:**

*ausente.*

**Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Área de Influência das Usinas Hidrelétricas de Furnas - CPR-Furnas:**

**I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:**

*Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;*

*Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;*

**II - da Casa Civil da Presidência da República:**

*Cristiane Battiston, como titular*

*Irani Braga Ramos, como suplente;*

**III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:**

*Pedro Alves Correa Neto, como titular;*

*Ivana Merched Oliveira Guerreiro, como suplente;*

**IV - do Ministério das Cidades:**

*Johnny Ferreira dos Santos, como suplente;*

**V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:**

*Alexandre Resende Tofeti, como suplente;*

**VI - do Ministério de Minas e Energia:**

*Wilson Rodrigues de Melo Júnior, como titular;*

**VII - do Ministério de Portos e Aeroportos:**

*Eliezé Bulhões de Carvalho, como titular;*

*Bruna Renata Cavalcante de Barros, como suplente;*

**VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:**

*Marcelo Fonseca.*

**Secretaria-Executiva para os Comitês-MIDR**

- Giuliana Correa CGPRH/DRHB/SNSH/MIDR

**Participantes convidados:**

Rogério Melo Teixeira - Eletrobras;

Maurício Carvalho Mazzini - Eletrobras;

Christian Souza Santos - Eletrobras;

Sócrates Crescencio Junior - Eletrobras;

Carlos Eduardo Tiburcio - Eletrobras

Renan dos Santos Antunes - Eletrobras

Marcelo Girard - Eletrobras

Eduardo Borges - Eletrobras

Fábio Alves - Eletrobras

Frederico Araujo Rodrigues - Codevasf

Luiza Soragge Lima Leao - Codevasf

Verificado o quórum, o Sr. Alexandre Saia, MIDR, deu início a reunião às 10h00, com a apresentação da pauta:

- Revisão do valor do orçamento de referência do projeto “Adutora da Fé - 2ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos Municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã”, apresentado pelo Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional – MIDR, ao

- Apreciação da proposta de incorporação no valor dos projetos dos custos referentes ao BPO (*Business Process Outsourcing*) apresentada pela Eletrobras para contratação dos projetos aprovados pelos comitês gestores;

**1. Revisão do valor do orçamento de referência do projeto “Adutora da Fé - 2ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos Municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã”.**

1.1. O Senhor Alexandre Saia, MIDR, apresentou o histórico e os detalhes do projeto, discorrendo sobre os motivos que levaram ao pedido de revisão do valor do orçamento de referência, conforme consta da Carta CTA-EEF-00144/2024 da Eletrobras. Os representantes da Codevasf e do MIDR apresentaram manifestação favorável à revisão, confirmando a existência de erro material no orçamento inicial do projeto resultante da utilização de valor unitário incorreto para o item "*tubo de ferro fundido com bolsas, L=5800mm, K7, DN 500mm*".

1.2. A Senhora Cristiane Battiston, Casa Civil, solicitou esclarecimentos em relação ao acréscimo no valor do orçamento após revisão, questionando se o acréscimo estava relacionado aos riscos da obra e se estão previstos reajustes anuais do contrato.

1.3. O Senhor Giuseppe Vieira, MIDR, pediu esclarecimentos quanto aos valores de referência da contratação informando que a Carta CTA-EEF-00144/2024 da Eletrobras não detalhou esses valores.

1.4. O Senhor Sócrates Crescencio Junior, Eletrobras, esclareceu dúvidas dos membros em relação ao processo de contratação, negociação para obtenção dos descontos e da proposta vencedora que resultou na definição do valor final do contrato, além das referências para revisão do valor do orçamento inicial do projeto, informando que foi aplicado um reajuste ao valor inicial da proposta com utilização do IPCA acumulado no período.

1.5. Além disso, a Eletrobras também apresentou a matriz de riscos aplicada ao projeto em questão. Quanto à matriz de riscos, o Senhor Sócrates Crescencio Junior destacou que não haverá revisão de valor resultante da eventual alteração de preços de insumos, apenas os reajustes anuais pelos índices oficiais comuns em qualquer contrato com prazo superior a 12 meses.

1.6. Tendo em vista esclarecimentos da Eletrobras acerca de seu processo de contratação, o Senhor Wilson Rodrigues de Melo Junior, MME, recomendou que a Eletrobras avalie na matriz de risco de contratações de obras, o estabelecimento de percentual de risco admissível sobre os valores de referência, a exemplo do que ocorre na contratação integrada. Também recomendou, que dado a natureza pública do recurso, que Eletrobras avalie ampliar a lista de empresas habilitadas a participar dos certames, sobretudo em casos de obras que o mercado de prestadores seja amplo, a exemplo de implantação de esgotamento sanitário.

1.7. Após apreciação, a revisão do valor do orçamento de referência, que passará de R\$ 125.799.442,65 para R\$ 258.724.936,83, foi aprovada pela maioria dos membros do Comitê Gestor da CPR-São Francisco e Parnaíba. Foi registrada a manifestação do Senhor Wilson Rodrigues de Melo Junior, MME, que votou contrariamente à revisão do orçamento, destacando que o MME não participou de reunião que deliberou pela aprovação do projeto e que no entendimento do Ministério, ações de infraestrutura desta natureza não se enquadram no escopo normativo do Programa.

1.8. Os membros do Comitê solicitaram alteração do fluxo de pedidos de análise de revisão de valores de projetos, para que, quando encaminhados pela Eletrobras já contenham parecer da Auditoria Independente.

**2. Apreciação da proposta de incorporação no valor dos projetos dos custos referentes ao BPO (*Business Process Outsourcing*) apresentada pela Eletrobras para contratação dos projetos aprovados pelos comitês gestores.**

2.1. Os representantes da Eletrobras apresentaram a metodologia e as vantagens do sistema e responderam questões dos membros dos comitês gestores referentes ao BPO proposto para a

contratação dos projetos aprovados.

2.2. O Senhor Renan dos Santos Antunes, Eletrobras, apresentou detalhes do processo de aquisição dos serviços de BPO que resultaram na contratação da Accenture, empresa com mais de 20 anos de experiência no setor. Em seguida, descreveu a forma como a empresa vai atuar, a remuneração pelos serviços prestados e a definição do custo a ser pago com base no valor de cada projeto. Foram destacadas as vantagens do BPO, que proporciona a redução de custos da contratação, eficiência, redução de prazos, transparência, flexibilidade e escalabilidade, sendo um processo adotado amplamente por várias corporações. O Senhor Renan apresentou como estudo de caso o BPO referente à contratação da 2ª Etapa da Adutora da Fé, incluindo sua matriz de riscos, demonstrando que o custo representou apenas 0,045% do orçamento total do projeto, comprovando o reduzido impacto no custo global da contratação.

2.3. Após apreciação, a proposta de incorporação dos custos referentes ao BPO no valor dos projetos foi aprovada com unanimidade.

2.4. A Secretaria-Executiva informou sobre reunião com a Controladoria-Geral da União sobre ressarcimento de despesas administrativas, no qual a CGU esclareceu que o importante é que os Comitês estabeleçam parâmetros a partir dos quais os procedimentos de Auditoria serão conduzidos.

2.5. A Sra. Cristiane Battiston indicou que seria oportuno que os CPRs pautassem em próxima reunião o estabelecimento de parâmetros para ressarcimento, que poderiam ser escalonados conforme a porcentagem da ação a que estejam associados. Destacou que esse assunto se conecta com a discussão da contratação do BPO e a avaliação de sua performance.

2.6. Quanto aos assuntos gerais, o Senhor Wilson Rodrigues de Melo Junior, MME, informou que em 10/12/2024 o Ministro Alexandre Silveira encaminhou ao MIDR proposta de “Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em Areado/MG” e projeto “Contaminantes Emergentes na Bacia Hidrográfica de Furnas” e reiterou pedido para que seja pautado na CPR Furnas. Também informou que em reunião do CBHSF ocorrida em 12/12/2024, foi questionado sobre projetos aprovados na CPR São Francisco e Paranaíba, e ao mencionar projeto de saneamento de Xique-Xique/BA, foi questionado por membros do colegiado a motivação, visto que sistema de esgotamento municipal é concedido para setor privado, desta forma, recomendou que o tema seja tratado em próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Alexandre Saia, lavrei a presente Ata que será assinada eletronicamente.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

**GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA**

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Presidente dos Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos

59000.008576/2024-43

5186836v1



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 05/02/2025, às 15:17, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5609932** e o código CRC **E8B8B832**.

